

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2020



**FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE
ARTES MÀRCIAIS CHINESAS**

Rua António Pinto Machado, nº 60, 4100-068 Porto

NIF: 502 871 091

Porto, 25 de junho de 2021

Índice

I.	Introdução	6
II.	Presidência e Direção	7
i.	Orientações gerais.....	7
ii.	Acessibilidade à Informação.....	7
iii.	Desenvolvimento e Redinamização Desportiva	7
a.	Campeonatos Regionais	7
b.	1st European Online Wushu Championships	8
c.	Campeonatos Nacionais Online	8
iv.	Desenvolvimento da Formação.....	8
d.	Formação de Arbitragem	8
e.	Formação de Treinadores.....	9
III.	Relatório da Formação - Departamento de Formação e Qualificação de Treinadores	10
i.	Introdução	10
ii.	Ações de Formação Contínua (componente específica e Geral) de Treinadores	10
a.	Ações de Formação Contínua componente específica:	10
b.	Ações de Formação Contínua componente Geral:	10
c.	Cursos de Treinadores:.....	10
IV.	Relatório da Competição	11
i.	Introdução	11
ii.	Campeonatos Regionais Centro	11
iii.	Campeonatos Regionais Norte	11
iv.	1st European Online Wushu Championships	11

v. Campeonatos Nacionais Online	12
V. Situação económico-financeira	13
i. Quadro descritivo	13
ii. Proposta para aplicação de resultados	13
iii. Demonstrações Financeiras do Período 2020.....	14
d. Balanço em 31/12/2020.....	14
e. Demonstração dos Resultados por Naturezas	15
f. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2020	16
g. Demonstração dos Fluxos de Caixa	17
VI. ANEXOS.....	18
i. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020.....	18
Identificação da Entidade	18
Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	18
Principais Políticas Contabilísticas	18
Bases de Apresentação	18
Políticas de Reconhecimento e Mensuração	20
Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	24
Ativos Fixos Tangíveis	24
Ativos Intangíveis	26
Locações	26
Custos de Empréstimos Obtidos	26
Inventários	26
Rédito	26
Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	27

Subsídios/apoios do Governo e entidades públicas.....	27
Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	27
Imposto sobre o Rendimento.....	27
Empregados	27
Divulgações exigidas por outros diplomas legais	28
Outras Informações	28
Investimentos Financeiros.....	28
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	28
Clientes e Utentes.....	28
Outras contas a receber	28
Diferimentos	28
Outros Ativos Financeiros	28
Caixa e Depósitos Bancários.....	29
Fundos Patrimoniais.....	29
Fornecedores	29
Estado e Outros Entes Públicos.....	29
Outras Contas a Pagar	29
Outros Passivos Financeiros.....	29
Subsídios, doações e legados à exploração	30
Fornecimentos e serviços externos.....	30
Outros rendimentos e ganhos.....	30
Outros gastos e perdas.....	30
Resultados Financeiros.....	31
Acontecimentos após data de Balanço.....	31

ii. Filiação de Agentes Desportivos	64
---	----

I. Introdução

Em contexto pandémico e de frequentes estados de emergência, com limitações à atividade desportiva e administrativa, e ainda de mandato eleitoral intermédio, elaborou-se este relatório considerando, em continuidade com a época anterior, um conjunto de pressupostos que condicionam a sua estrutura e conteúdos, buscando um adequado enquadramento, adaptabilidade ao contexto pandémico e transparência, permitindo aos associados uma leitura e contextualização facilitadas.

Assim, no que respeita à divisão do documento, considerou-se a integração de cinco relatórios: presidente e direção, diretor para a formação, diretor desportivo, conselho de arbitragem e contas. Esta divisão assenta nos objetivos principais da atual direção para este período estendido de mandato, associado às limitações à realização de eleições impostas pelos sucessivos estados de emergência e diretivas da DGS: Desenvolvimento e manutenção da Dinamização Desportiva permitida, Desenvolvimento da Formação (treinadores e árbitros), Acessibilidade à Informação.

II. Presidência e Direção

i. Orientações gerais

Optou a direção por dar continuidade, tanto quanto a realidade federativa e contexto pandémico o permitissem aos objetivos preconizados para o mandato em exercício. Mantiveram-se como objetivos gerais, aqueles traçados no decurso das consultas pré-eleitorais às associações, identificados pela atual direção como fundamentais à redinamização da atividade da FPAMC: Desenvolvimento e Redinamização Desportiva, Desenvolvimento da Formação (treinadores e árbitros), Equilíbrio de Contas, Acessibilidade à Informação.

ii. Acessibilidade à Informação

Procurou-se em 2020 dar continuidade ao desenvolvimento e utilização das duas ferramentas de divulgação criadas em 2019: o site oficial da FPAMC e a transmissão e registo online dos eventos desportivos. Manteve-se ainda o upload de informação para outros canais de comunicação online, em particular para as redes sociais.

iii. Desenvolvimento e Redinamização Desportiva

Embora objeto, adiante, de relatório da responsabilidade do diretor desportivo da FPAMC, enquadram-se de seguida, tipologicamente, e por ordem de concretização, os diversos eventos desportivos na política de desenvolvimento da FPAMC para 2020, naturalmente condicionada pelo contexto pandémico que se instalou a partir de março do mesmo ano.

a. Campeonatos Regionais

Nos meses de janeiro e fevereiro retomou-se a realização dos Campeonatos Regionais, interrompida desde 2004, realizando-se as edições correspondentes à região centro e à região norte do país. A localização dos Campeonatos Regionais pautou pelo princípio do alargamento nacional da cobertura de eventos, tendo-se realizado o Campeonato Regional Centro em Porto de Mós e o Norte em Santa Maria da Feira.

b. 1st European Online Wushu Championships

De 24 de maio a 5 de junho decorreu o 1º Campeonato Europeu de Wushu Online, com a participação de 26 países e 504 atletas, 12 dos quais portugueses. Procurou-se dinamizar a participação da seleção nacional, conseguindo-se uma participação significativa apesar das limitações e contexto vividos, da qual resultou a obtenção de dois lugares no pódio desta prova inovadora e estratégica na superação das limitações mundiais face ao generalizado contexto pandémico.

c. Campeonatos Nacionais Online

Realizados no mês de dezembro a 5 e 6, com avaliação por painel de juízes em trabalho presencial em instalações da Torre da Oliva em São João da Madeira, prova disruptiva que aconteceu dadas as circunstâncias atuais de saúde pública, com uma significativa participação de atletas e clubes. A FPAMC realizou o CN online por forma a contribuir para a manutenção do saudável espírito competitivo e simultaneamente contribuir para a minimização do risco de transmissão de SARS-CoV-2 e o impacto da doença COVID-19.

iv. Desenvolvimento da Formação

d. Formação de Arbitragem

A 12 de Janeiro de 2020 realizou-se um curso de formação de árbitros para supressão das necessidades associadas à realização dos campeonatos regionais. A 28 de outubro de 2020 realizaram-se formações de arbitragem independentes para Sanda, Wushu e Kung Fu destinadas a compor a equipa de arbitragem para os campeonatos nacionais online. As formações de arbitragem foram também creditadas como formação contínua para treinadores, mantendo o espírito de transparência no acesso á informação e incremento à qualidade e orientação objetiva da formação de atletas. 2020 foi um ano marcado pelo contexto pandémico mundial de covid-19 e tal realidade refletiu-se na quantidade de atividade global, conseqüentemente na desenvolvida pelo Conselho de Arbitragem da FPAMC.

e. Formação de Treinadores

Relativamente à formação de treinadores, manteve-se como objetivo propiciar o maior número de formações possível, encaixando-as nos períodos de abertura e autorização de circulação. Foram, apesar das limitações, realizadas 9 ações de formação contínua dirigidas a treinadores.

III. Relatório da Formação - Departamento de Formação e Qualificação de Treinadores

i. Introdução

Reporte estatístico e enquadramento contextual das formações dirigidas a treinadores. Embora quase todas as formações fossem abertas à comunidade de praticantes, o seu objetivo principal é a qualificação de treinadores, bem como a obtenção de créditos necessários à renovação das respetivas carteiras profissionais.

ii. Ações de Formação Contínua (componente específica e Geral) de Treinadores

No ano de 2020 foram realizadas 9 acções de formação contínua de treinadores tendo a participação total de 69 formandos. 6 Acções de formação na componente específica, com a participação total de 49 formandos. 3 Acções de formação na componente geral, com a participação total de 20 formandos.

a. Ações de Formação Contínua componente específica:

Modalidade Qi Gong (2) – Códigos da Ação; **55122231 – 55122256**

Modalidade Tai Ji (2) – Códigos da Ação; **55122234 – 55124436**

Modalidade Wu Shu/Kung Fu (1) – Códigos da Ação; **55122254**

Modalidade Sanda (1) – Códigos da Ação; **55122255**

b. Ações de Formação Contínua componente Geral:

Componente Geral - Psicologia no Desporto - Código da Ação; **55122236**

Componente Geral - Nutrição no Desporto - Código da Ação; **55122763**

Componente Geral - Fundamentos técnicos e técnicas de base - Código da Ação; **55125295**

c. Cursos de Treinadores:

No ano de 2020 não foram realizados cursos de Formação Inicial de Treinadores.

IV. Relatório da Competição

i. Introdução

Reporte estatístico e contextualização de resultados e iniciativas desportivas, bem como pareceres do diretor desportivo da FPAMC, constituem o objeto deste relatório, analisado e revisto pelo presidente e demais elementos da direção conselho de arbitragem.

ii. Campeonatos Regionais Centro

O Pavilhão Municipal de Porto de Mós recebeu, no fim de semana de 8 e 9 de fevereiro, os Campeonatos Regionais Centro. Com a participação das associações: AAMYP, Hong Long, Leão Vermelho, Shaolin Si, Shenlong e Xuan Wu, e animação de abertura pelos alunos do Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro com Dança do Dragão. Com 193 entradas em Tào Lù e 36 em Sanda, divididas as de Tao Lu por 57 entradas em esperanças de Kung Fu, 66 entradas em seniores de Kung Fu e 42 entradas em Wushu, os Regionais Centro superaram as expectativas de participação na região centro atestando a sua viabilidade.

iii. Campeonatos Regionais Norte

Realizados em excelentes instalações desportivas na freguesia de Mozelos, Santa Maria da Feira, a 22 e 23 de fevereiro, registaram 309 entradas competitivas. 119 entradas em Kung Fu esperanças, 58 em seniores e 26 em veteranos. 78 entradas em Wushu e 28 em Sanda. Visível viabilidade ao fim de 16 anos nos Regionais Norte, atestando no conjunto com os regionais Centro a necessidade de desenvolvimento e implementação destas provas objetivando como próxima região alvo a região sul.

iv. 1st European Online Wushu Championships

De 24 de maio a 5 de junho decorreu o 1º Campeonato Europeu de Wushu Online, com a participação de 26 países e 504 atletas, 12 dos quais portugueses, 7 em esperanças e 5 seniores, 7 masculinos e 5 femininos. Procurou-se dinamizar a participação da seleção nacional, conseguindo-se uma participação significativa apesar das limitações e contexto vividos, da qual resultou a obtenção de dois terceiros lugares no pódio desta prova inovadora e estratégica na superação das limitações mundiais face ao generalizado contexto pandémico. Silvia Cruz e

Bernardo Vieira conquistaram o bronze para a seleção portuguesa num contexto de participação pouco habitual.

v. Campeonatos Nacionais Online

Prova de âmbito nacional com 116 participações, mais de 5 dezenas de atletas em Kung Fu tradicional e de 2 dezenas de atletas em Wushu, num total de 72 atletas inscritos, provenientes de 10 associações - Altis, Choy Lee Fat, Gzero, Leão Vermelho, Shaolin Si, She Si, Shenlong, Wulin, Xuan Wu e Yang Portugal – viabilizaram o desenvolvimento possível em contexto pandémico de uma prova de disputa de títulos nacionais.

V. Situação económico-financeira

i. Quadro descritivo

Rubrica	2020	2019
Ativo	9.290,49	17.662,73
Passivo	13.262,04	4.560,72
Fundos Patrimoniais	-3.971,55	13.102,01
Gastos	31.884,56	73.612,42
Rendimentos	14.811,00	75.859,22
Resultado Líquido do Exercício	-17.073,56	2.246,80

Moeda: euros.

ii. Proposta para aplicação de resultados

A Direção propõe que o resultado líquido negativo do período, no valor de 17.073,56 (Dezassete Mil e setenta e três Euros e cinquenta e seis Cêntimos), seja aplicado em Resultados Transitados.

iii. Demonstrações Financeiras do Período 2020

d. Balanço em 31/12/2020

Rubricas	NOTAS	DATAS	
		31-12-2020	31-12-2019
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	7.392,80	8.791,39
Bens do património histórico e cultural			
Activos intangíveis	6		
Investimentos financeiros			
Fundadores/beméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
		7.392,80	8.791,39
Activo Corrente			
Inventários	9		
Créditos a receber	17.4		
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	17.5	16,91	
Outros ativos correntes		203,84	
Caixa e depósitos bancários	17.7	1.676,94	8.871,34
		1.897,69	8.871,34
Total do activo		9.290,49	17.662,73
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	6.749,74	6.749,74
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	17.8	5.852,27	3.605,47
Excedentes de revalorização	17.8	500,00	500,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais			
		13.102,01	10.855,21
Resultado Líquido do Período	17.8	-17.073,56	2.246,80
Total dos fundos patrimoniais		-3.971,55	13.102,01
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11		
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	4.496,89	869,41
Estado e outros entes públicos	17.10	1.060,87	199,80
Fundadores/beméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos		181,81	876,77
Diferimentos	17.5		
Outras contas a pagar	17.11	7.522,47	2.614,74
Outros passivos correntes			
		13.262,04	4.560,72
Total do passivo		13.262,04	4.560,72
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9.290,49	17.662,73

Porto, 25 de junho de 2021

O Contabilista Certificado nº 82081

Sónia Dias Monteiro

Sónia Dias Monteiro

PELA DIREÇÃO:

Presidente:

Augusto Pinto

(Augusto Pinto)

e. Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda: euros

Rendimentos e Gastos	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	10	14.811,00	26.415,03
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13		36.203,19
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	17.14	-16.256,21	-58.353,28
Gastos com o pessoal	15	-12.011,02	-11.366,94
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos	17.15		13.241,00
Outros gastos	17.16	-12,10	-642,39
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-13.468,33	5.496,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-3.435,59	-3.136,96
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-16903,92	2.359,65
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	17.17	-169,64	-112,85
Resultado antes de impostos		-17.073,56	2.246,80
Imposto sobre o rendimento do período	14		
Resultado líquido do período	17.8	-17.073,56	2.246,80

Porto, 25 de junho de 2021

O Contabilista Certificado nº 82081

Sónia Dias Monteiro

Sónia Dias Monteiro

PELA DIREÇÃO:

Presidente:



(Augusto Pinto)

Rua António Pinto Machado, nº 60, 4100-068 Porto

NIF: 502 871 091

Porto, 25 de junho de 2021

f. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2020

Moeda: euros

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total	Total Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						-	-
Alterações de políticas contabilísticas						-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						-	-
Realização do excedente de revalorização						-	-
Excedentes de revalorização						-	-
Ajustamentos por impostos diferidos						-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7		2.246,80		- 19.320,36	-	-
	8				- 19.320,36		
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				- 17.073,56		
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Distribuições							
Outras operações							
POSICÃO NO FIM DO ANO 2020	10						
	6+7+8+10	6.749,74	5.852,27	500,00	-17.073,56	-3.971,55	3.971,55

Porto, 25 de junho de 2021

O Contabilista Certificado nº 82081

Sónia Dias Monteiro

Sónia Dias Monteiro

PELA DIREÇÃO:

Presidente:

Augusto Pinto

(Augusto Pinto)

Rua António Pinto Machado, nº 60, 4100-068 Porto

NIF: 502 871 091

Porto, 25 de junho de 2021

g. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

Método direto (euros)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		14.811,00	30.348,22
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-11.350,55	-57.963,38
Pagamentos ao pessoal		-6.372,35	-9.820,86
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		-2.911,90	-37.436,02
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		-2.102,93	
Outros recebimentos/pagamentos		-2.036,50	42.256,83
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS [1]		-7.051,33	4.820,81
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO [2]		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO [3]		-143,07	-112,85
Variações de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		-7.194,40	4.707,96
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	17.7	8.871,34	4.163,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.7	1.676,94	8.871,34

Porto, 25 de junho de 2021

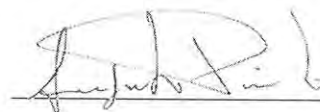
O Contabilista Certificado nº 82081

Sónia Dias Monteiro

Sónia Dias Monteiro

PELA DIREÇÃO:

Presidente:



(Augusto Pinto)

Rua António Pinto Machado, nº 60, 4100-068 Porto

NIF: 502 871 091

Porto, 25 de junho de 2021

VI. ANEXOS

i. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

Identificação da Entidade

1.1 Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas

Pessoa coletiva de Utilidade Pública Desportiva

NIF: 502 871 091

1.2 Sede: Rua António Pinto, 60

4100-439 Porto

Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) homologada pelo Despacho n.º 262/2015-XIX, de 16 de julho de 2015, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspetos com as do período anterior.

Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Bases de Apresentação

Rua António Pinto Machado, n.º 60, 4100-068 Porto

NIF: 502 871 091

Porto, 25 de junho de 2021

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outras contas a receber -Devedores e credores por acréscimos*” (Nota 17.4) e “*Diferimentos*” (Nota 17.5)

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações

das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	8-16
Equipamento administrativo	8-16
Outros Ativos fixos tangíveis	8-16

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Os Instrumentos Financeiros utilizados pela entidade estão reportados em:

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados,

descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.
- Resultado líquido do exercício.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data. Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “*Substância sobre a forma*”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Entidade não usufrui de "Bens do património, histórico, artístico e cultural".

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019						
Ativos Fixos Tangíveis	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições/dotações	Abates	Transf	Revalor	Saldo em 31-12-2019
Custo						
Terrenos e Recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	39.527,27	214,98				39.527,27
Equipamento de Transporte						
Equipamento Administrativo	7.964,75	98,40				7.964,75
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.051,22					1.051,22
TOTAL	48.543,24	313,88				48.543,24
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais						-
Edifícios e outras construções						-
Equipamento básico	27.646,43	3.089,45				30.735,88
Equipamento de Transporte						
Equipamento Administrativo	7.917,24	47,51				7.964,75
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.051,22					1.051,22
TOTAL	28.363,67	3.107,58				39.751,85
Ativo Fixo Tangível - Valor Líquido	11.928,35					8.791,39

31 de dezembro de 2020						
Ativos Fixos Tangíveis	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições/dotações	Abates	Transf	Revalor	Saldo em 31-12-2020
Custo						
Terrenos e Recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	39.527,27	299,99				39.827,76
Equipamento de Transporte						
Equipamento Administrativo	7.964,75	1.737,01				9.701,76
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.051,22					1.051,22
TOTAL	48.543,24	2.037,00				50.580,24
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais						-
Edifícios e outras construções						-
Equipamento básico	30.735,88	2.856,64				33.592,52
Equipamento de Transporte						
Equipamento Administrativo	7.964,75	578,95				8.543,70
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.051,22					1.051,22
TOTAL	39.751,85	3.435,59				43.187,44
Ativo Fixo Tangível - Valor Líquido	8.791,39					7.392,80

Propriedades de Investimento

A Entidade não usufrui de "Propriedades de Investimento".

Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Intangíveis" do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A Entidade não usufrui de "Outros Ativos Intangíveis".

Locações

A Entidade não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

O saldo da rubrica "Financiamentos obtidos" é nulo.

Inventários

Em 1 de Janeiro e 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020	2019
Saldo Inicial		
Compras		
Reclassif.		
CMVC		
Saldo Final	0,00	0,00

Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas e Serviços prestados	14.811,00	26.415,03
Subsídios, doações e legados à exploração		32.270,00
Outros rendimentos e Ganhos		13.241,00
Subsídios de outras entidades		250,00
Patrocínios		3.933,19
Total	14.811,00	75.859,22

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2020 e 2019 não ocorreram variações relativas a provisões.

Passivos contingentes

Não existentes.

Ativos contingentes

Não existentes.

Subsídios/apoios do Governo e entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios/apoio do Governo” e “Subsídios/Apoios de entidades públicas”:

Descrição	2020	2019
Contrato programa - atividades regulares		32.020,00
Municípios		250,00
Total	00,00	32.070,00

Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não ocorreram alterações das taxas de câmbio com efeito nas demonstrações financeiras da entidade.

Imposto sobre o Rendimento

Não existe imposto corrente contabilizado.

Empregados

Benefícios dos Empregados

Descrição	2020	2019
Remuneração do Pessoal	9.962,00	9.382,00
Encargos Sobre Remunerações	2.015,19	1.888,82
Seguros Acidente no trabalho	33,83	96,12
Outros gastos com o pessoal		
Total	12.011,02	11.366,94

O número médio de empregados da FPAMC no período foi de 1.

Os órgãos directivos são constituídos por cinco elementos, não remunerados.

Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Em 2018 e em 2017 a entidade procedeu à Certificação Legal de Contas.

Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

Investimentos Financeiros

No período de 2020 e 2019 a Entidade não detinha “*Investimentos Financeiros*”.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Nos períodos de 2020 e 2019, o saldo da conta “*Fundadores / patrocinadores / doadores / associados / membros*” é nulo.

Clientes e Utentes

Nos períodos de 2020 e 2019, o saldo da conta “*Clientes e Utentes*” é nulo.

Nos períodos de 2020 e 2019 não foram registadas “*Perdas por Imparidade*”

Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2020, saldo nulo.

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade tem registado na rubrica de Deferimentos os seguintes saldos:

Diferimentos	2020	
	Ativo	Passivo
Gastos a reconhecer: Seguros	16,91	
Total	16,91	0,00

Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, outros ativos financeiros.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	496,72	143,15
Depósitos a ordem	1.180,22	8.728,19
Total	1.676,94	8.871,34

Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	2020	2019
Fundos	6.749,74	6.749,74
Resultados Transitados	5.852,27	3.605,47
Excedentes de revalorização	500,00	500,00
Resultado Líquido do Exercício	-17.073,56	2.246,80
Total	-3.971,55	13.102,01

Fornecedores

Nos períodos de 2020 e 2019, o saldo da conta “Fornecedores” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	2020	2019
Fornecedores	4.293,05	869,41

Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Retenção de Impostos sobre o rendimento	-3,57	
Contribuições para a Segurança Social	-1.057,30	-199,80
Total	-1.060,87	-199,80

Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Remunerações a pagar - pessoal	3.165,75	614,00
Devedores e credores por acréscimo	1.645,88	1.553,22
Outros devedores e credores	2.710,84	447,52
Total	7.522,47	2.614,74

Outros Passivos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, outros passivos financeiros.

Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Contrato programa - actividades regulares		32.270,00
Câmara Municipal		250,00
Subsídios de outras entidades		
Patrocínios		3.933,19
Total	0,00	36.203,19

Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Serviços Especializados	5.344,20	5.137,22
Materiais	3.481,06	9.158,22
Deslocações, Estadas e Transporte	2.681,01	35.782,66
Serviços Diversos - rendas	0,00	381,30
Serviços Diversos - seguros	4.448,14	6.515,67
Serviços Diversos - outros	301,80	1.378,21
Total	16.256,21	58.353,28

Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos suplementares		12.722,98
Correções relativas a períodos anteriores		18,02
Imputação de subsídios para investimento		500,00
Total	0,00	13.241,00

Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Imposto de selo	12,10	10,90
Taxas		
Correções relativas a períodos anteriores		
Quotizações	0,00	500,00
Outros não especificados	0,00	131,49
Total	12,10	642,39

Resultados Financeiros

No período de 2020 foi reconhecido um gasto com juros de financiamentos de curto prazo no valor de 143,07 euros. No período de 2019 foi reconhecido um gasto com juros de financiamentos de curto prazo no valor de 112,85 euros.

Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

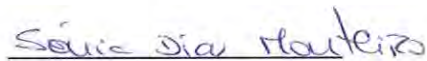
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção em 25 de junho de 2021.

Porto, 25 de junho de 2021


O Contabilista Certificado nº 82081

Sónia Dias Monteiro



A DIREÇÃO:

Presidente:



(Augusto Pinto)